



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

ISSN: 1984-9230

Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia

Marquesan, Fábio Freitas Schilling; Figueiredo, Marina Dantas de
Do ecoambientalismo à sustentabilidade: notas críticas sobre
a relação organização-natureza nos estudos organizacionais¹
Organizações & Sociedade, vol. 25, núm. 85, 2018, Abril-Junho, pp. 264-286
Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia

DOI: 10.1590/1984-9250855

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400658752005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

DO ECOAMBIENTALISMO À SUSTENTABILIDADE:
NOTAS CRÍTICAS SOBRE A RELAÇÃO ORGANIZAÇÃO-
NATUREZA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS¹

Fábio Freitas Schilling Marquesan*
Marina Dantas de Figueiredo**

Resumo

O propósito deste trabalho é retomar uma reflexão acerca dos limites que as perspectivas tradicionais hegemônicas sobre a relação organização-natureza têm imposto à Teoria Organizacional (TO). Para realizá-lo, cumprimos dois objetivos: primeiro, resgatamos uma possibilidade de mudança de perspectiva sobre essa relação, dos paradigmas antropocêntricos/orgocêntricos para o paradigma ecocêntrico, surgida nos Estudos Organizacionais (EOs) na década de 1990. Abordando a forma como o ecocentrismo foi assimilado, na esteira das reflexões então nascentes sobre sustentabilidade, evidenciamos como a perspectiva ecocêntrica foi relegada a uma condição marginal. No segundo objetivo, propomos a recuperação das discussões sobre a temática da ecologia; mais precisamente, sobre a perspectiva do habitar (*dwelling perspective*) como uma ontologia da relação organização-natureza. A contribuição do ensaio está no resgate do momento em que a noção de sustentabilidade tornou-se hegemônica nos EOs e na proposição de uma perspectiva ecológica, alinhada à retomada do ecocentrismo nesse campo.

Palavras-chave: Antropocentrismo. Orgocentrismo. Ecocentrismo. Ecologia. Sustentabilidade.

FROM ECO-ENVIRONMENTALISM TO SUSTAINABILITY:
CRITICAL NOTES ON THE ORGANIZATION-NATURE
RELATION ON ORGANIZATION STUDIES

Abstract

The purpose of this paper is to reclaim a reflection on the limits that the traditional hegemonic perceptions on organization-nature relationship have imposed to Organizational Theory (OT). In order to accomplish it we follow two aims: first, we recover a possibility of perspective change on such relation, from the anthropocentric/orgocentric paradigm to the ecocentric paradigm, raised within Organization Studies (OSs) in the 1990s. Approaching how ecocentrism has been assimilated, in the wake of the then nascent reflections on sustainability, we show how the ecocentric perspective was relegated to a marginal condition. In the second objective, we propose the recovery of the discussions on the theme of ecology; more precisely, on the dwelling perspective as an ontology of the relation organization-nature. The contribution of the essay is in getting back the moment when the notion of sustainability became hegemonic in the OSs and in the proposition of an ecological perspective, aligned with the resumption of ecocentrism in this field.

Keywords: Anthropocentrism. Orgocentrism. Ecocentrism. Ecology. Sustainability.

1 Gostaríamos de manifestar nosso agradecimento aos editores que apostaram no potencial do ensaio, bem como aos avaliadores que nos instigaram a ampliar as discussões contidas neste trabalho.

*Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Professor adjunto nível 6 do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: marquesan@unifor.br

**Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: marina.dantas@gmail.com

Introdução

No decorrer das duas últimas décadas do século XX, o ecoambientalismo ganhou força tanto nos termos de um ativismo popular propriamente dito quanto no que diz respeito a discursos proferidos por políticos e empresários (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2014). Na época, estavam no auge discussões globais que sucederam a realização de grandes eventos de mobilização social e política, como as reuniões do Clube de Roma (a partir do final dos anos 1960), a Conferência de Estocolmo (1972), o trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (cujo ápice ocorreu em 1987) e, principalmente, a Eco-92. Essas discussões proporcionaram um momento único de reflexão a respeito da relação organização-natureza, que ficou registrado em um conjunto de trabalhos acadêmicos que pareciam dar o tom de uma tendência forte para o campo dos Estudos Organizacionais (EOs) (EGRI; PINFIELD, 2006; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HANNA, 1995; PURSER; PARK; MONTUORI, 1995; SHRIVASTAVA, 1994, 1995a).

Fato surpreendente, que constitui uma espécie de *gap* teórico e que justifica o esforço empreendido neste trabalho, é que, apesar do alerta dado em meados dos anos 1990, pouco foi feito em termos de inserção de uma agenda genuinamente ecológica nos EOs (CUNHA; REGO; CUNHA, 2008; HEIKKURINEN et al., 2016; JERMIER; FORBES, 2016; KALLIO; NORDBERG, 2006; MARTÍNEZ-ALIER, 2015). No esforço de propor uma atualização da discussão, Cunha, Rego e Cunha (2008, p. 311) reconheceram que, a despeito da proliferação de *international journals* “explicitamente dedicados à relação entre organizações e ambiente natural [...], o tópico continua periférico às publicações *mainstream*”. Mais recentemente, esse entendimento foi compartilhado por Heikkurinen et al. (2016, p. 705), para quem “as questões ecológicas têm permanecido na periferia da Teoria Organizacional (TO) contemporânea”. Jermier e Forbes (2016, p. 1.003) também argumentam que “o ambiente natural ainda não é um tópico totalmente integrado nos EOs”, ao passo que Kallio e Nordberg (2006, p. 441) apontaram que “reflexões mais profundas, explícitas e analíticas” em relação à inserção do ambiente (natural) nos EOs ainda são “raras”. Por fim, mas não menos importante, Martínez-Alier (2015) sustenta que a questão ambiental ainda é um ponto intocável.

À luz dos mais de 20 anos que se passaram desde que o auge das discussões envolvendo o movimento ecoambientalista foi atingido nos EOs, argumentamos que a ideia de ecologia, mesmo com variações mais ou menos radicais, era bastante revolucionária para o contexto do capitalismo vivido naquele momento. A tentativa de orientar a TO para uma mudança paradigmática esboçada em alguns desses artigos certamente foi mais arrojada que a própria capacidade de mudança das práticas organizacionais em relação à natureza. O que ocorreu, de fato, tanto no meio acadêmico quanto no discurso político em geral e das grandes corporações, foi que as ideias de ecologia e ambientalismo acabaram sendo suplantadas pela ideia da sustentabilidade – mais ambígua e, portanto, maleável, não representando “nenhum desafio fundamental” ao *status quo* (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005, p. 40).

Nesse quadro, o propósito deste trabalho é retomar uma reflexão acerca dos limites que as perspectivas tradicionais hegemônicas sobre a relação organização-natureza têm imposto à Teoria Organizacional (TO). Para realizá-lo, cumprimos dois objetivos: primeiro, resgatamos uma possibilidade de mudança de perspectiva sobre a relação organização-natureza, do paradigma antropocêntrico/orgocêntrico para o paradigma ecocêntrico, surgida nos Estudos Organizacionais (EOs) na década de 1990. Esse percurso começa com a revisão do contexto em que o ecoambientalismo ganhou corpo nos anos 1990 e de seus desdobramentos no discurso da sustentabilidade enquanto tema que foi alçado à condição dominante. Para retomar uma reflexão crítica sobre os limites que as visões hegemônicas sobre a relação das organizações com o ambiente têm imposto aos EOs, foi necessário identificar quais eram essas visões e sua origem em termos teóricos, além de resgatar seus pressupostos ontológicos.

Abordando a forma como o ecocentrismo foi assimilado, na esteira das reflexões então nascentes sobre sustentabilidade, apontamos a perda do potencial crítico daquela perspectiva – no cenário estadunidense tanto quanto no cenário brasileiro.

Como alternativa, no segundo objetivo propomos a recuperação das discussões sobre a temática da ecologia; mais precisamente, sobre a perspectiva do habitar (*dwelling perspective*) – como uma ontologia da relação organização-natureza. Para isso, propomos a retomada de um debate latente sobre a temática da ecologia com base em uma abordagem fenomenológica sobre a relação organização-ambiente. Nossa contribuição está no resgate do momento em que a noção de sustentabilidade tornou-se hegemônica nos EOs e na proposição de uma perspectiva ecológica, alinhada à retomada do ecocentrismo.

Um resgate das relações organização-ambiente na TO dos anos 1990

Uma análise do percurso da temática que remete ao ecoambientalismo nos EOs expõe que teorias e modos de pensamento alternativos ao *mainstream* da relação das organizações com o ambiente terão que ser particularmente robustos se quiserem modificar ou substituir modelos estabelecidos de organização baseados em perspectivas antropocêntricas (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995) ou orgocêntricas (*orgocentrics*) (EGRI; PINFIELD, 2006). Foi baseado nesse tipo de constatação que Shrivastava (1990, 1994) abriu o caminho nos EOs para a discussão de ideias que criticassem o conceito de ambiente geralmente estudado na TO tradicional e vissem as organizações operando em uma biosfera (SHRIVASTAVA, 1994).

O tema do ambientalismo nos EOs ganhou um tom mais crítico com a publicação do artigo “CASTRATED Environment: GREENING Organization Studies” (maiúsculas no original), no periódico *Organization Studies*. Nele, Shrivastava (1994) apontou que, embora as organizações fossem o principal instrumento por meio do qual os seres humanos exerciam impactos sobre o ambiente natural, os EOs hesitavam em se engajar em diálogos sérios sobre a problemática da exploração e degradação contínua do meio ambiente. Para Shrivastava (1994, p. 705), a razão para essa falta de engajamento era que os EOs usavam “conceitos de ‘ambiente organizacional’ que [eram] desnaturalizados, limitados e paroquiais”. A própria expressão *ambiente organizacional*, segundo o autor, impedia, ao mesmo tempo em que desvalorizava, a incorporação do ambiente natural à TO.

Segundo Shrivastava (1994), a preocupação com a problemática da exploração e degradação contínua do meio ambiente – a que o autor denomina “ambientalismo” – estava então emergindo como uma influente corrente intelectual e também como um movimento de massa (em certa medida, global). Shrivastava (1994) argumentou que os EOs dos idos dos anos 1990 eram ainda incipientes ou falhavam ao abordar a questão do ecoambientalismo. Sua grande crítica era que as TOs não podiam compreender adequadamente o meio ambiente por causa da predominância de ideias preconcebidas e limitadas do que seria o ambiente organizacional. Para ele, organizações são instrumentos que impactam, constantemente, o ambiente natural. Por conseguinte, seria preciso que a TO comesse a incorporar discursos e práticas ambientalistas (PARKER, 2006; EGRI; PINFIELD, 2006). Na primeira parte do artigo, Shrivastava (1994) elaborou uma crítica aos conceitos de ambiente trabalhados nos EOs, delimitados em três perspectivas: a TO, a Gestão Estratégica e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Essas perspectivas evocavam ideias “limitadas, economicistas e antinaturalistas” que ressaltavam que “os conceitos e a linguagem dos ambientes organizacionais [estavam] CASTRADOS” (SHRIVASTAVA, 1994, p. 711, maiúsculas no original).

A metáfora da castração, possivelmente a ideia mais radical do texto, expunha que o ambiente nos EOs não tinha nem vitalidade, nem potência, nem eficácia (*effect*, no original). Para Shrivastava (1994), a palavra CASTRATED, da forma como foi colocada, servia como um mnemônico; uma técnica para memorizar os fundamentos da crítica que ele fez às ideias de ambiente organizacional que dominavam a TO da época: competição (por recursos naturais); abstração (do ambiente como entidade social, não ecofísica); superficialidade (na definição dos limites entre organização e

ambiente); imaturidade teórica – no original: *theoretical immaturity* (pela falta de engajamento com a teoria social); reificação/reducionismo² (as forças do ambiente são reduzidas, basicamente, à economia, à sociedade e à tecnologia e a análise recai sobre a forma como essas forças afetam o desempenho financeiro, basicamente); antropocentrismo (a ideia de que o ambiente existe para suprir as necessidades humanas e organizacionais); a independência em relação ao tempo – no original: *time independent* (que ressalta que o ambiente organizacional se refere a uma ideia ahistórica, caracterizada por dimensões isentas de temporalidade, como a incerteza, a heterogeneidade e a estabilidade); exploração (a ideia de que o ambiente é um recurso que pode ser explorado eternamente para o benefício organizacional); e desnaturalização (o ambiente organizacional como sendo um produto inteiramente das ações e instituições humanas).

Vale lembrar que, afora o título (*castrated environment*) e mais dois subtítulos (*From CASTRATED to GRENNING*, p. 707; e *CASTRATED organizational environment*, p. 711), Shrivastava (1994) utiliza a palavra “castrado” apenas outras duas vezes no corpo do trabalho, além da nota de fim de texto (p. 723), em que explica qual foi o significado da palavra em que se apoiou. Shrivastava (1994) sustenta que tanto os conceitos quanto a linguagem utilizada nos EOs estavam castrados e esclarece, nessa nota, que foi levado pelo significado literal da palavra (tirada de um dicionário Webster), que significa incapacidade, e que “gostaria de evitar possíveis interpretações freudianas não intencionais” (SHRIVASTAVA, 1994, p. 723).

Apenas três meses depois da publicação desse texto na *Organization Studies*, Shrivastava publicou outro trabalho (SHRIVASTAVA, 1995a – na edição de janeiro da *Academy of Management Review* – AMR), que dava direcionamento e um formato mais bem acabado às ideias desenvolvidas anteriormente. Ele reuniu as proposições feitas nos três últimos parágrafos do artigo de 1994, a respeito de um “movimento em direção à gestão eco-cêntrica (*eco-centric*)” e dos desafios para os pesquisadores dos EOs para “expandir e desenvolver teorias organizacionais ecocêntricas (*ecocentric*)” (SHRIVASTAVA, 1994, p. 722), na proposta de um “paradigma ecocêntrico” (SHRIVASTAVA, 1995a).

No artigo “*Ecocentric management for a risk society*”, Shrivastava (1995a) afirmou que as sociedades pós-industriais estavam centradas nos riscos que acompanham a criação e distribuição de riquezas. No contexto das “sociedades do risco”, as corporações teriam que lidar com a degradação ambiental e gerenciar variáveis de risco tais como “danos causados por produtos, poluição, lixo [...], ameaças tecnológicas e a segurança dos trabalhadores e do público” (SHRIVASTAVA, 1995a, p. 123). Para tanto, o paradigma tradicional da gestão – desenvolvido para as chamadas sociedades industriais e que não focava o risco – seria inerentemente limitado para cumprir os desafios da gestão no século XXI. Após examinar as quatro limitações do chamado “paradigma tradicional” (a visão desnaturalizada do ambiente; o viés da produção/consumo; o viés do risco financeiro e o antropocentrismo), Shrivastava (1995a, p. 127) explicitamente propôs a transição paradigmática da TO em direção à gestão ecocêntrica.

Essa proposta de transição paradigmática foi incorporada a outros dois textos publicados no mesmo ano (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Esses trabalhos merecem ser mencionados aqui por exemplificarem, com surpreendente paralelismo, como a ideia do ecocentrismo nos EOs emergiu com potencial disruptivo (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995) e rapidamente se tornou um tema relegado à condição secundária ao ser encampado por outros discursos e

² Trazemos os elementos reificação/reducionismo como sobrepostos porque há uma indefinição por parte do autor em relação à distinção deles na redação do artigo original de 1994. Na enumeração dos nove elementos que perfazem o mnemônico, Shrivastava (1994, p. 711) menciona a palavra reificação (*reification*) na sexta posição. Contudo, ao expor a sexta subseção, descreve o elemento reducionismo (*reductionism*). As duas palavras não são sinônimos e parecem se referir a elementos diferentes na crítica arrolada por Shrivastava (1994). Mas não há, naquele artigo, qualquer explicação a respeito da mudança das palavras, nem menção a esse fato em outras publicações. Para obter esclarecimentos, tentamos estabelecer comunicação com o autor (por e-mail), mas não recebemos resposta até o fechamento da versão final deste texto.

perspectivas (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). São eles: "Limits to antropocentrism: toward an ecocentric organization paradigm?" (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995) e "Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research" (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Analisaremos ambos em relação à sua ligação com outros textos nas duas próximas seções, a seguir.

A possibilidade de "transição paradigmática"(?): do antropocentrismo/orgocentrismo ao ecocentrismo

No artigo "Limits to antropocentrism: toward an ecocentric organization paradigm?", Purser, Park e Montuori (1995) buscam compreender as causas da falta de um maior comprometimento por parte dos EOs no que diz respeito à relação organização-natureza. Para esses autores (1995, p. 1.054), "uma das principais razões para a falta de artigos [sobre essa relação] pode ser atribuída a um viés antropocêntrico no campo da ciência organizacional" tradicional. Assumindo a gravidade dessa limitação, eles buscaram remontar as raízes históricas do antropocentrismo moderno, suas manifestações na ciência organizacional e as possibilidades de criação de um paradigma organizacional ecocêntrico em meio à diversidade de dimensões da ecologia.

Purser, Park e Montuori (1995) argumentam sobre a importância, para os pesquisadores dos EOs, de refletirem sobre as raízes históricas do antropocentrismo – o que evidencia como uma forma alienada de produção do conhecimento se tornou dominante e legitimada (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995). Para eles, reconhecer e erradicar o antropocentrismo era o princípio para que qualquer mudança pudesse acontecer na relação organização-natureza. Todavia, a transição para um paradigma ecocêntrico dependeria da compreensão dos estudiosos das TOs sobre as formas como modelos ecológicos particulares são usados para sustentar certos ideais sociais ou filosofias políticas.

Conforme Egri e Pinfield (2006, p. 365), "o advento de antigas civilizações urbanas marcou a emergência do antropocentrismo no pensamento espiritual e filosófico sobre o relacionamento da humanidade com a natureza". Desde Platão e Aristóteles, a visão de mundo ocidental tem tomado o mundo natural como uma multiplicidade de coisas, cada qual com sua integridade de propriedades essenciais. Essas coisas podem ser agrupadas em classes conhecidas como animadas ou inanimadas, sendo a primeira delas povoada pelas coisas que detêm a propriedade da vida, ao passo que a segunda é povoada por aquelas que não a detêm. A partir da herança cartesiana que separou o mundo em categorias opostas, a exemplo da divisão da unidade do ser em corpo e mente e da unidade do mundo em natureza e sociedade, a ciência encontra dificuldades para aproximar-se dos não humanos para além dos limites de suas evidências físicas. O antropocentrismo, baseado na ideia renascentista da separação entre cultura e natureza, evoluiu para o entendimento moderno do ambiente (BANERJEE, 2003), que deveria ser tratado com o devido distanciamento científico.

Para Purser, Park e Montuori (1995), a consolidação de uma visão de mundo antropocêntrica ofereceu as bases para que a natureza fosse conhecida e gerenciada *vis-à-vis* o método científico. De acordo com essa visão, "a natureza é um agregado (*assemblage*) de coisas que obedecem a leis matemáticas e a ciência ajuda a descobrir e a usar essas leis para a vantagem humana" (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995, p. 1.058). Para os autores, duas manifestações contemporâneas do antropocentrismo evoluíram da ciência positivista e se reproduziram na ciência organizacional moderna e nas práticas de gestão: o conhecimento tecnológico e uma orientação egocêntrica. Esses dois pilares do antropocentrismo contemporâneo fundamentam a noção de que natureza e seres humanos estão ligados por princípios funcionalistas semelhantes: a natureza sendo regida pelas leis imutáveis das ciências materialistas e os seres humanos por seu caráter de indivíduos econômicos.

Em linhas gerais, os aspectos mais problemáticos do antropocentrismo para a TO, com base nesses dois pilares, são: 1) o fato de que a razão instrumental do conhecimento tecnológico se desenvolveu como se fosse uma força autônoma, isentando a

necessidade de tornar públicas as premissas de valor que guiam os objetivos e escolhas subjacentes a esse conhecimento; e 2) o fato de que a orientação das organizações para satisfazer o interesse individual de agentes racionais (*rational, self-interested agents*) se tornou legítima. Essa explicação, mais do que a referência genérica ao antropocentrismo, ajuda a entender as implicações desse paradigma na TO.

Por isso, os desdobramentos práticos do antropocentrismo são mais fáceis de serem identificados na TO do que a referência ao paradigma em si, o que acontece quando alguns trabalhos fazem menção às sociedades pós-industriais (SHRIVASTAVA, 1995a), ao paradigma tecnocêntrico (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995) ou à perspectiva orgocêntrica (EGRI; PINFIELD, 2006). A crítica à divisão do trabalho no mundo a partir da globalização é necessária, visto que a existência de sociedades pós-industriais implica a industrialização de países mais pobres, onde a biodiversidade do mundo está mais concentrada. Sem nos delongarmos nessa questão, enfatizamos que a perspectiva orgocêntrica nos parece importante para explicar a relação organização-natureza na TO tradicional, uma vez que assume a centralidade das organizações (e não apenas dos seres humanos) e dos aparatos tecnológicos que as constituem na estruturação dos modos de vida hodiernos.

O termo antropocentrismo é amplamente usado para indicar a causa central da destruição ambiental (KIDNER, 2014). As razões para isso estão muito possivelmente ligadas ao chamado novo ambientalismo dos anos 1960, que culpabilizou a visão de mundo antropocêntrica pela crise ecológica moderna (MINTER; MANNING, 2003). Todavia, a ênfase no humano parece obscurecer justamente os dois fatos ressaltados por Purser, Park e Montuori (1995). Conforme Kidner (2014, p. 476), “mesmo sendo verdade que os humanos são os agentes visíveis da destruição ambiental, referir-se ao nosso comportamento como ‘antropocêntrico’ é ignorar as raízes desse comportamento no contexto do sistema industrial no qual nós somos socializados”. Kidner (2014) defende o argumento de que a noção de antropocentrismo pode ser útil para descrever, de forma resumida, certo tipo de pensamento, mas se torna uma ideologia quando obscurece o fato de que o comportamento destrutivo das pessoas é resultado de uma forma de colonização do mundo orientada pela dinâmica industrialista e corporativa. Tal comportamento é potencializado pela atuação organizacional. É por isso que ressaltamos a noção de orgocentrismo como particularmente relevante nesta discussão.

Por orgocêntrico entende-se aquilo que está relacionado ao curso de operações contínuas das organizações; isto é, no orgocentrismo, a organização é o foco das preocupações. Por conseguinte, por conta de uma visão orgocêntrica do mundo, a preocupação da sociedade pode ser entendida como a própria manutenção das organizações (BARTER; RUSSELL, 2013). Aparentemente³, foram Egri e Pinfield (2006, p. 365) os primeiros a se utilizarem da noção de orgocentrismo para se referirem ao fato de que vivemos em “uma sociedade predominantemente urbana, industrial e baseada em organizações”. Pela perspectiva orgocêntrica, se reconhece que as organizações representam os fundamentos das sociedades contemporâneas. Nelas, “as organizações são os meios fundamentais para realizar a ação coletiva” (EGRI; PINFIELD, 2006, p. 384), isto é, “vivemos em um mundo organizacional onde as organizações são os meios pelos quais os interesses são realizados” (p. 385).

No entanto, a despeito de terem ou não sido os primeiros a empregarem a palavra “orgocentrismo” e termos correlatos para compreender o fenômeno, o fato é que a preocupação com uma *sociedade organizacional* não constitui algo novo nos EOs. No correr dos anos 1970, Prestes Motta (1970, 1978) buscou inspiração em dois trabalhos escritos por autores norte-americanos – “The organization man” (William Whyte Junior, 1956) e “The organizational society: an analysis and a theory” (Robert Prestus, 1965) – para discutir com o público brasileiro a ideia de que “uma sociedade

³ Optamos pela ressalva porque, mesmo que tenhamos buscado alguns dos textos mencionados como fonte do conceito, dentre os quais Aldrich e Pfeffer (1976), não encontramos neles referência nem à palavra orgocêntrico, nem à palavra orgocentrismo. Além do texto de Egri e Pinfield (2006), só encontramos menção ao orgocentrismo em Barter e Russell (2013) – que, aliás, se apoiam em Egri e Pinfield (1999) e Tinker (1986) quando mencionam o conceito. No trabalho de Tinker (1986), entretanto, não há menção à palavra.

moderna, industrializada, é caracterizada pela existência de um número muito grande de organizações, a ponto de se poder afirmar que o homem passa a delas depender para nascer, viver e morrer” (PRESTES MOTTA, 1970, p. 29). Ou seja, estava latente na ideia de sociedade organizacional trazida por Prestes Motta (1970, 1978) ao contexto de análise organizacional brasileira uma perspectiva que, se ainda não usava a expressão propriamente dita, já dava o tom do que depois veio a se chamar orgocentrismo.

O que é comum aos trabalhos tanto de Egri e Pinfield (2006) quanto de Barter e Russell (2013) é uma espécie de consenso acerca de que o ambiente no qual as organizações atuam não seria algo como a biosfera, mas “consistiria, primordialmente, de outras organizações” (BOISOT, 1998, p. 158). Ou seja, em oposição à ideia de Shrivastava (1992, p. 186) acerca de que “organizações são instituições econômicas que operam em um mundo físico”, a perspectiva orgocêntrica, além de concentrar-se na organização em si, a vê envolvida em um ambiente que é formado por outras organizações e tão somente, sem considerar o ambiente natural de onde elas extraem os recursos utilizados em seus processos produtivos. Tampouco vê o ambiente, a natureza, a biosfera como o depósito de seus resíduos industriais.

Conforme Egri e Pinfield (2006, p. 383), os conceitos orgocêntricos de ambiente organizacional possuem pouca superposição com as preocupações dos ambientalistas. Na perspectiva orgocêntrica, os chamados membros da organização (*organizational members*) são tidos como partes componentes (de uma engrenagem ou organismo), “cuja função é servir aos requisitos da organização” (BARTER; RUSSELL, 2013, p. 146). Isso contrasta com perspectivas que os veem como “seres humanos plenos, cujo valor é maior que a utilidade deles para a organização” (BARTER; RUSSELL, 2013, p. 146). Justamente por isso, não se pode ignorar o fato de que as pessoas também são recursos naturais consumidos nesse processo. Eis aí o motivo pelo qual a ideologia antropocêntrica é, na melhor das hipóteses, mitigadora do problema que busca combater (KIDNER, 2014). O antropocentrismo obscurece o fato de que o comportamento dos seres humanos em relação à natureza é menos parte do problema do que parece. Por isso o conceito de orgocentrismo expressa com bastante clareza a responsabilidade das organizações na degradação ambiental em curso.

Com a instituição e dominância do paradigma antropocêntrico em detrimento de um paradigma ecocêntrico, o mundo passou a ser visto como “um espetáculo distante” e as pessoas como “imóveis espectadores” envolvidos por uma “curiosidade desengajada (*detached*)” (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995, p. 1.056). Na perspectiva de Purser, Park e Montuori (1995), a mudança paradigmática seria necessária, mas não inevitável nem facilmente realizável – o que justifica o ponto de interrogação no título do artigo deles. Isso porque os teóricos das organizações estavam, naquele momento, se apoiando em “diferentes correntes do ambientalismo, teorias ecológicas competidoras e rivais e filosofias ambientais diversas” (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995, p. 1.065). Para exemplificar, Purser, Park e Montuori (1995, p. 1.074) compararam duas perspectivas concorrentes (a gestão ambiental e a responsabilidade ecocêntrica), e expuseram que o ambientalismo corporativo então em voga era, de fato, uma tentativa de “inserir a preocupação com a crise ecológica no âmbito da ‘gestão ambiental’ ou no paradigma ‘normal da ciência organizacional’”. Essa tentativa veio a ser realizada por Gladwin, Kennelly e Krause (1995), que procuraram elaborar alternativas ao antropocentrismo tanto quanto ao ecocentrismo, na proposição do que foi denominado paradigma sustenocêntrico – ao qual nos dedicaremos na próxima seção.

A visão sustenocêntrica

Gladwin, Kennelly e Krause (1995, p. 880) realizaram a proposta de um exame dialético de três visões de mundo ou paradigmas: “a visão de mundo convencional tecnocêntrica (tese) *versus* seu oposto, a visão de mundo ecocêntrica alternativa (antítese), *versus* uma potencial nova emergência ou união elevada no sentido de uma visão de mundo integrada sustenocêntrica (*sustaincentric*) (síntese)”. Os autores iniciam o artigo elaborando um significado de desenvolvimento sustentável com base

na ideia central definida pela Comissão Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (ou seja, Comissão Brundtland) e relacionando-a a outras concepções representativas formuladas no ambiente acadêmico e em fóruns especiais sobre a temática. Baseados em diferentes definições, Gladwin, Kennelly e Krause (1995, p. 878-879) identificam cinco componentes para um desenvolvimento tido como sustentável, quais sejam: inclusividade (de sistemas ambientais e humanos, indo além da natureza para incluir também sociedade e economia); conectividade (de esforços de preservação ecológica, redução da pobreza e estabilização de populações); equidade (uma distribuição justa de recursos e direitos de propriedade, dentro da mesma e entre gerações); prudência (manter ecossistemas de suporte à vida e sistemas socioeconômicos inter-relacionados resilientes); e segurança (para garantir uma alta qualidade de vida tanto para a presente quanto para as futuras gerações).

A respeito do paradigma tecnocêntrico, as discussões que empreendemos na seção anterior sobre antropocentrismo e orgocentrismo ajudam a melhor situar essa posição. Pelo fato de ser hegemônica, há mais convergências do que fragmentação em torno do entendimento de que essa visão de mundo coloca “a humanidade separada e [em posição] superior à natureza”. Todavia, em relação à visão ecocêntrica, convém posicionar algumas correntes e discursos que organizam as múltiplas possibilidades do movimento ecoambientalista da maneira como foram entendidas por estudiosos dos EOs nos anos 1990. Retomando a ideia do ecocentrismo, é notório que uma definição usualmente utilizada nos EOs (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; JERMIER; FORBES, 2016; PURSER; PARK; MONTUORI, 1995; SHRIVASTAVA, 1996) vem do trabalho de Eckersley (1992, p. 49), o qual diz que se trata de “uma teia de relações intrinsecamente dinâmica e inter-relacionada, sem entidades absolutamente discretas e sem linhas absolutas entre o vivo e o não vivo, o animado e o inanimado, o humano e o não humano”. Para além dessa definição, alguns autores (EGRI; PINFIELD, 2006; PURSER; PARK; MONTUORI, 1995; SHRIVASTAVA, 1994) tentaram explicar o ecocentrismo nos EOs recorrendo ao alinhamento de certas formas de pensamento e de certas relações com o ambiente em diferentes correntes de pensamento.

Shrivastava (1994, p. 715) apontou que quando sugeriu a proposta de esverdeamento dos EOs (*GREENING Organizational Studies*), havia “diversos discursos ambientais diferenciados por suas suposições básicas e seus interesses práticos e cognitivos”. E que, por conta do propósito limitado de tão somente introduzir tais discursos em seu texto, havia optado por simplificá-los em apenas quatro categorias, quais sejam: naturalismo e ecologia, ambientalismo reformador, ecologia profunda e ecofeminismo. Já Purser, Park e Montuori (1995) falam de duas dimensões concorrentes de ecologia: o paradigma da gestão ambiental e o paradigma da responsabilidade ecocêntrica. Por seu turno, Egri e Pinfield (2006), ao organizarem as perspectivas ambientalistas e a ecologia, falam de três perspectivas: o paradigma social dominante; a perspectiva do ambientalismo radical (subdividida em ecologia profunda (*deep ecology*), ecologia espiritual, ecologia social e ecofeminismo) e a perspectiva do ambientalismo renovado (no original, *reform environmentalism*, conforme nota dos tradutores).

Quando Gladwin, Kennelly e Krause (1995) propuseram o paradigma sustenocêntrico, eles não estavam buscando um caminho do meio, mas a mudança num novo sentido. Para os autores, tanto a visão tecnocêntrica quanto a visão ecocêntrica seriam deficientes de acordo com os requisitos do desenvolvimento sustentável. O paradigma sustenocêntrico representaria, então, “uma síntese emergente, uma tentativa de promover uma integração mais elevada e profunda” (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995, p. 890) das prerrogativas do desenvolvimento e da conservação da natureza. Os autores reconhecem que o paradigma sustenocêntrico era apenas “embrionário” em comparação com o tecnocentrismo e o ecocentrismo e, como empreendimento científico, demandaria grande esforço. Todavia, esse esforço se tornava justificável diante do imperativo de “transformar a teoria e a prática da gestão de modo que elas [pudessem] *contribuir positivamente* para o desenvolvimento sustentável” (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995, p. 900, grifo nosso).

O ecocentrismo, para Gladwin, Kennelly e Krause (1995, p. 886), se evidenciava em “sistemas de crenças sobre o ativismo do direito dos animais, ecofeminismo

espiritual, ecologistas da restauração, fazendeiros orgânicos, biorregionalistas, economistas defensores do curso estável (*steady-state economists*), seguidores da hipótese de Gaia e ativistas ambientais mais radicais". Essas posturas, embora confusas e difusas, tendem mais para uma perspectiva que pode ser resumida no emblema dos movimentos "eco-" mais radicais, originários dos movimentos sociais *grassroots* (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2014). Elas não seriam um caminho viável para o desenvolvimento sustentável, conforme ponderam Gladwin, Kennelly e Krause (1995), provavelmente por trazerem à tona questões concernentes à justiça ambiental ou à crítica ao conservacionismo que não poderiam caber na ideia de sustentabilidade proposta no Relatório Brundtland. Para o *mainstream* da TO, algumas dessas perspectivas tinham um potencial desestabilizador, já que tendiam a problematizar a relação organização-natureza baseadas em um questionamento do próprio conceito de organização, em suas bases epistemológicas e ontológicas.

Vide o caso do ecofeminismo, entendido como uma orientação baseada na ecologia profunda (*deep ecology*) (COLBY, 1990; SHRIVASTAVA, 1994) ou "transformacionista", que se opõe às visões reformistas e de manutenção do *status quo* (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005, p. 46). Nos movimentos sociais e na academia, o ecofeminismo desempenha um papel de crítica aos discursos dominantes que relegam a mulher ou o feminino à periferia das relações de poder. Na TO, isso representa questionar o trabalho gerencial e o *modus operandi* das organizações ao mesmo tempo em que se questiona a relação organização-ambiente. Conforme Holmer-Nadesan (1996), as fontes legitimadoras dos discursos organizacionais são a burocracia, o patriarcado e a classe (capitalismo). Essa autora não faz menção à ecologia (eco, ecofeminismo, etc.) em seu texto, mas ressalta que os discursos de poder instituídos são antagonísticos e situam a mulher como objeto. Nesse caso, o antropocentrismo ganha uma nuance de gênero, já que a mulher, na condição de objeto, se junta às coisas do mundo. A aproximação entre os EOs e o movimento ecofeminista eventualmente levou a TO a esse tipo de questionamento (ou seja, o percurso de desdobramentos dessa perspectiva, de Bullis e Glasser (1992) a Phillips (2014)).

A aproximação entre a TO e o ecoambientalismo nos anos 1990, que começou com a perspectiva verde (SHRIVASTAVA, 1992), tornou-se mais crítica (SHRIVASTAVA, 1994) e disruptiva (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995) na metade daquela década. Apesar disso, duas questões parecem ter contribuído para mudar a direção da tentativa justificada de aproximação entre TO e ecologia. Uma delas foi a fragmentação da perspectiva ecocêntrica. Afinal, havia (e ainda há) uma pluralidade de correntes científicas e políticas reunidas sob o guarda-chuva do ecocentrismo, que abrigava múltiplas orientações – quanto a gênero, etnicidade e classe, por exemplo – envolvendo a temática da justiça ambiental (GOTTLIEB, 2005). A outra foi a força da perspectiva antropocêntrica (e suas variações: tecnocêntrica e orgocêntrica) na TO. Conforme ressaltaram Egri e Pinfield (2006), as perspectivas organizacional e ambientalista radical seriam incompatíveis e a possibilidade de uma síntese das duas seria mínima. Mesmo assim, a proposta em prol da sustentabilidade expressada num paradigma sustenocêntrico (*sustaincentric paradigm*) (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995) e na ideia de organizações ecologicamente sustentáveis (JENNINGS; ZANDBERGEN, 1995) emergiu como retórica para a conciliação desses polos. Nesse quadro, a ideia de sustentabilidade tomou conta dos discursos, sufocando a perspectiva mais ampla, mais profunda, de ecologia.

Por volta da metade da década de 1990, a ideia persuasiva de desenvolvimento sustentável (EDEN, 1994) passou a se impor sobre o movimento ecoambientalista (COSTANZA; GRAUMILCH; STEFFEN, 2007; WERBACH, 2009; WHITEMAN; WALKER; PEREGO, 2013). Já nos anos 2000, a tripartição do conceito de sustentabilidade nas dimensões econômica, ambiental e social (ELKINGTON, 2001) e a aproximação cada vez maior entre os conceitos de RSC e sustentabilidade (MONTIEL, 2008) evidenciaram como o desenvolvimento sustentável "é um conceito desavergonhadamente antropocêntrico" (LEE, 2000, p. 32) e como "o discurso do desenvolvimento sustentável atual é dominado pela perspectiva gerencialista" (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005, p. 48). Se é que podemos nos referir à ideia de desenvolvimento sustentável como

um conceito. Para Banerjee (2003, p. 152), o que foi trazido pelo Relatório Brundtland “não é realmente uma definição, é um *slogan*, e *slogans*, embora atraentes, não fazem teoria”.

O que ocorreu ao longo dos anos que se passaram desde as primeiras tentativas de inserir a ideia de ecologia nos EOs foi uma bem-sucedida ressignificação da atividade capitalista, que por obra de manobras ideológicas se manteve legítima ao amparar-se em premissas ambíguas como as da sustentabilidade e da economia verde (MISOCZKY; BÖHM, 2012; PSKOWSKI, 2013). Nesse quadro, temas como “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, entre outros, ganharam centralidade na teoria e na prática administrativa e se tornaram lugar-comum no jargão gerencialista das grandes empresas, ainda que muitos deles tenham origem nas ruas, nas lutas dos movimentos sociais ao redor do mundo (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2014).

Embora a orientação para a destruição que rege muitas organizações capitalistas (BANERJEE, 2008; SHRIVASTAVA, 1994) estivesse sendo então desafiada, os movimentos surgidos na esteira dessas questões não foram suficientes para instaurar uma crise profunda de legitimidade no sistema econômico vigente. Ademais, conforme crítica levantada por Banerjee (2008, p. 67), “são os negócios (*business*), e não os interesses societais ou ecológicos, que definem os parâmetros da sustentabilidade”. Embora o ecocentrismo continue sendo mencionado em trabalhos orientados por visões alternativas (GOSLIN; CASE, 2013; JERMIE; FORBES, 2016; WHITEMAN; COOPER, 2011; WRIGHT; NYBERG, 2012), é notória a forma como o tema se tornou pouco relevante e, porque não dizer, novamente relegado às margens da TO.

Paralelamente às discussões travadas internacionalmente, no Brasil diversos pesquisadores se dedicavam à questão. E é isso que abordaremos na próxima seção.

A Torre de Babel dos trabalhos que flertam com a questão ecoambiental nos EOs brasileiros

O exercício de reconstituição da trajetória percorrida pela temática ecoambiental nos EOs brasileiros nos leva a retomar a fragmentada, dispersa e descontínua produção sobre a perspectiva ecológica e as organizações no período compreendido entre a metade da década de 1980 e o correr dos anos 2000. À época, o projeto difuso e controverso de constituição e legitimação do campo das *ciências sociais do meio ambiente* (VIEIRA, 1992, grifo do autor) colocou diante dos pesquisadores de alguma maneira ligados à temática ecoambiental dificuldades para identificar vinculações paradigmáticas, sistematizar teorias de base e alinhar posicionamentos metodológicos que permitissem o avanço cumulativo de conhecimentos.

Como na história da Torre de Babel, as falas sobre a questão ecoambiental no Brasil se sobrepuseram e se confundiram entre diferentes tradições de investigação, o que impôs certas restrições para que os pesquisadores prosseguissem a empreitada (simultaneamente acadêmica e política) de assumir uma agenda mais efetiva. Na diáspora dos construtores dessa Torre, muita energia foi despendida tentando-se produzir conhecimento em um campo desarticulado. As consequências disso foram sentidas nos anos seguintes e repercutem até hoje no volume, na densidade e na relevância das publicações de autores brasileiros no âmbito nacional tanto quanto no cenário acadêmico internacional. Essas consequências também se fazem sentir no quadro sociopolítico no que diz respeito à perda do papel vanguardista e de liderança que o Brasil poderia ter ocupado.

Para começar este trabalho de revisão, é necessário remontar a condição de estruturação dessas ideias no âmbito da Administração. Isso, particularmente, em relação a caminhos paralelos que poderiam ter sido seguidos em outros domínios acadêmicos, inclusive o campo então nascente das, já mencionadas, *ciências sociais do meio ambiente* (VIEIRA, 1992). Entendemos que os EOs são “uma confluência de diversas disciplinas, suportadas por paradigmas distintos, para a qual contribuem, especialmente, as disciplinas de Ciências Sociais como Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Psicologia, História e Economia” (FISCHER, 2003, p. 50). Para não

sermos exaustivos nessa enumeração, aceitamos que “o estudo da administração e das organizações, como todos sabem, se baseia nas tradições das ciências sociais” (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 195).

Assumindo essa posição, os EOs podem ser tidos como eixos estruturadores dos cursos de Administração (FISCHER, 2003), embora não sejam domínio exclusivo dessa disciplina. Na academia brasileira, temas pertinentes aos EOs eram trabalhados de forma assistemática no contexto mais amplo das Ciências Sociais. No entanto, em nenhuma das disciplinas que compõem essas ciências a emergência do campo dos EOs se deu de maneira tão evidente quanto na Administração. Mesmo assim, a primeira meta-análise sobre a “área dos Estudos Organizacionais em Administração” (MACHADO; CUNHA; AMBONI, 1990, p. 11), que abrangeu o intervalo entre 1985 e 1989, concluiu que essa produção acadêmica era modesta em volume de publicações e duvidosa em termos de qualidade.

Na revisão de levantamentos realizados posteriormente, identificamos que a questão ecoambiental não figurava como tópico relevante de interesse por parte dos pesquisadores (BERTERO; CALDAS; WOOD JUNIOR, 1999; VERGARA, 2001; RODRIGUES; CARRIERI, 2001; SOUZA; REINERT; SPROESSER, 2009; FACHIN, 2014). Ausente em praticamente todos eles estão ideias que remontam à ecologia, ao meio ambiente biofísico e às relações organização-natureza⁴. Em destaque nesse conjunto de textos, apenas Rodrigues e Carrieri (2001) mencionaram a existência de cinco trabalhos publicados nos anais da Enanpad na primeira metade dos anos 1990 sob a rubrica “Ecologia nas organizações”. Essas insólitas referências à temática nos levam a reconhecer que no Brasil, assim como na academia estadunidense, não houve um movimento genuíno de esverdeamento nos EOs (SHRIVASTAVA, 1994). Mas essa constatação poderia nos levar à conclusão apressada e simplista de que os EOs brasileiros desconsideraram sumariamente a questão ecológica.

Todavia, é preciso olhar mais de perto quais foram as limitações que levaram a temática a não se desenvolver plenamente – ou melhor, a talvez se subdesenvolver (VIOLA; FRANCHINI, 2012) – em um cenário geopolítico no qual o Brasil figurava em lugar de destaque. Referimo-nos ao momento histórico que teve como marco a Eco-92: evento que representa a culminância de uma preocupação ecológica espreada pelo senso comum, gerando uma suposta pauta para a sociedade e que poderia muito bem ter sido assumida como o estopim de um projeto científico original. “O Brasil foi o país da América Latina em que os movimentos ecológicos nasce[ram] mais cedo”, ainda nos anos 1970, e “adquiri[ram] uma importância maior” no cenário político dos anos 1980 (VIOLA, 1987). Tanto que essa orientação já havia sido incorporada às deliberações da Assembleia Constituinte de 1987/88, que colocou a proteção ambiental como uma dimensão importante da nova Constituição, fazendo da carta brasileira “uma das mais avançadas do mundo em termos de proteção ambiental” (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 98).

Diante desse contexto, a academia brasileira estava em posição senão privilegiada, pelo menos favorável para encampar as preocupações ambientais nas agendas de pesquisa de diferentes grupos. Mas o que se observou foi um recuo, parcialmente justificado pela fragmentação do campo dos EOs. Por mais que essas limitações sejam evidentes, não podemos deixar de reconhecer que temas pertinentes aos EOs estavam sendo trabalhados por autores como Viola (1987, 1998), Viola e colaboradores (VIOLA; VIEIRA, 1992, por exemplo) e Rattner (1991, 1999), pois isso seria o tipo de “injustiça ao trabalho árduo e sacrificado dos pioneiros”, que Caldas (2003, p. 65) recomendou que não fosse feita na Administração.

4 Em nossa busca por materiais de referência, encontramos artigos dos EOs publicados em periódicos relevantes para esse campo (p. ex. Revista de Administração Pública (RAP), Revista de Administração de Empresas (RAE) e RAE Ambiental, que teve periodicidade de publicação efêmera, entre os anos de 1993 e 1994 – ver <http://rae.fgv.br/taxonomy/term/143>), mas que não figuram entre os textos incluídos nas meta-análises realizadas por Bertero, Caldas e Wood Junior (1999); Vergara (2001); Rodrigues e Carrieri (2001); Souza, Reinert e Sproesser (2009) e Fachin (2014). Convém mencionar que não cabia ao escopo do presente ensaio fazer a revisão dos métodos de coleta e análise de artigos incluídos nessas meta-análises. Mas é cabível a esforços futuros de pesquisa problematizar quais foram os critérios de busca, seleção e sistematização que orientaram os procedimentos de pesquisa desses trabalhos.

A Torre de Babel dos estudos ecoambientais brasileiros ficou perfeitamente representada pela descrição de Azambuja (2012, p. 1) sobre a Eco-92: “se Woodstock, a Conferência de Yalta e o Festival de Cinema de Cannes estivessem acontecendo ao mesmo tempo, o conjunto se assemelharia à Rio-92”. O evento foi uma espécie de culminância do pensamento ecoambiental no Brasil. Ele refletiu esforços anteriores, ao mesmo tempo em que foi também uma plataforma de negócios, no momento em que o radicalismo de muitas dessas propostas arrefecia por conta de acordos corporativos que lá tiveram lugar (MISOCZKY; BÖHM, 2012). A academia brasileira vivenciou a Eco-92 em primeira mão, não ouviu de ninguém como se fosse um conto ou uma história que se escuta, mas que não se sabe ao certo como, de fato, tudo aconteceu. Talvez isso tenha feito com que não tivéssemos o devido afastamento, além de pouca capacidade de canalizar a experiência para desdobramentos práticos no que diz respeito à proposição de caminhos teóricos a seguir e uma orientação para a ação. A insinuação de um “novo paradigma”, apontando para a “esverdeização” das práticas empresariais (MASON, 1992, p. 79), e as iniciativas “verdes” no Brasil em grande medida reproduziam de maneira acrítica o pensamento estrangeiro mesmo antes da ocorrência da Eco-1992. Convém agora tentarmos compreender melhor as possíveis causas disso.

Em análise sobre o ecoambientalismo no Brasil entre os anos de 1974 e 1986, Viola (1987, p. 4) constatou que “o movimento social ecologista” surgiu com “um conjunto de pensadores de diversas procedências teóricas (marxismo, teoria dos sistemas, liberalismo)”. A título ilustrativo, mencionou numerosos autores pertencentes a uma lista de disciplinas que vai além das Ciências Sociais e inclui também as Ciências da Natureza. São nomeadas, nesta ordem: Filosofia, Biologia, Ecologia, Geografia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História, Economia, Agronomia, Demografia, Arquitetura, Astronomia, Química, Psicologia e Educação. Na interpretação de Viola (1987, p. 4), autores de tão variadas formações disciplinares podiam ser reconhecidos como um grupo porque “tematizavam a crise mundial em termos de ecologia política”. Cabe enfatizar que Viola (1987, p. 4) se referiu à ideia difusa de “mundo como sistema complexo”, como base ontológica transversal ao pensamento de todos os autores que mencionou (a maioria dos quais identificados com as ditas ciências da complexidade). Nesse sentido, a abordagem da complexidade foi evidenciada na tentativa de Viola (1987) de organização de um campo científico baseado em um campo de práticas, particularmente porque servia muito bem ao pensamento do momento histórico vivido em 1987 no Brasil. No período imediatamente anterior à Assembleia Constituinte, a insatisfação com “o modelo sistêmico-estrutural-funcionalista predominante na abordagem de políticas públicas” (MISOCZKY, 2013, p. 419), por exemplo, posicionava o amálgama científico da complexidade como um novo pensamento, então popular por seu “caráter antirreducionista” (p. 424).

Portanto, no esforço de descrever a formação do que chamamos de pensamento ecoambientalista brasileiro, Viola (1987) primeiro definiu os fundamentos teórico-práticos da ecologia política. Ao discorrer sobre posições existentes no movimento ecologista mundial e na teoria política ecologista, o autor tentou situar e organizar teoricamente o movimento social que eclodiu da crise ecológica no Brasil nos anos 1970. Isso significa que Viola (1987) tentou dar contornos de campo acadêmico a um domínio prático que repercutia o contexto da redemocratização do Brasil em meados dos anos 1980. No esforço pioneiro de aproximar a problemática ecológica do meio acadêmico das Ciências Sociais, Viola (1987) deu à Torre de Babel do ecoambientalismo nos EOs muitos caminhos, mas também trilhas que favoreceram a dispersão.

Em meio a uma profusão de disciplinas que, por força do recurso às abordagens da complexidade, ganhava ares de multidisciplinaridade, a fragilidade de recursos lógico-teóricos dos EOs poderia ser mitigada por argumentos de autoridade vindos de outros campos. Em relação à proximidade entre a prática de movimentos sociais ecoambientalistas, o análogo também pode ser observado: a política por vezes anteciparia e substituiria uma reflexão científica mais profunda. As consequências disso estão expressas pelos numerosos termos para a relação organização-ambiente usados no campo dos EOs (e, por tabela, da Administração), nem sempre ancorados em conceitos:

ecologia, natureza, meio ambiente, “verdes”, gestão ambiental (empresarial), sustentabilidade (ambiental), etc. São muitas palavras, muitos termos não necessariamente sinônimos, que conferem um falso rigor ao campo e confundem antes de esclarecer.

Em outro esforço de organização do campo, Vieira (1992) mapeou e analisou criticamente a produção sobre a problemática ambiental no Brasil entre 1980 e 1990 nas áreas de Sociologia, Demografia, Antropologia, Geografia Humana, Economia e Ciência Política. A conclusão desse levantamento foi que a elite intelectual brasileira nas Ciências Sociais da época concentrava esforços de pesquisa na “avaliação de impactos socioambientais da dinâmica de desenvolvimento socioeconômico em várias regiões do país” e que “a análise dos custos socioambientais da acumulação capitalista perme[ava] o trabalho desenvolvido em todas as disciplinas no período considerado” (VIEIRA, 1992, p. 16). Assim como Viola (1987), Vieira (1992) apontou para que a discussão ao redor da temática ecoambiental seguisse os caminhos para uma abordagem baseada em uma postura difusa e vaga sobre a complexidade, ainda que tenha restrito o campo dos estudos ecoambientais às Ciências Sociais.

Ao escreverem juntos, Viola e Vieira (1992) discutiram os desafios ideológicos e organizacionais ao movimento ambientalista no Brasil. Na parte final desse texto, em seção intitulada “Desenvolvimento sustentado: ponto-chave para a evolução do movimento ambientalista brasileiro”, Viola e Vieira (1992, p. 101-102) afirmaram que o movimento ambientalista dos anos 1980, “modelado pela luta contra a comunidade empresarial e o Estado” tinha como deficiência clara “uma visão distorcida em relação à necessidade de serem construídas pontes realistas na direção de campos governamentais e empresariado”. Concluindo, os autores indicaram que o pensamento ecoambiental brasileiro deveria “avançar na direção de uma sociedade sustentável” (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 102) e abrir mão de uma postura mais radical em favor de “uma compreensão mais clara dos mecanismos vitais de barganha política e dos meios de aquisição de poder e influência na sociedade”. A ideia de sustentabilidade parecia um caminho promissor para que a academia brasileira desse sua contribuição ao impasse político entre as reivindicações dos movimentos ambientalistas e os interesses do empresariado e do governo. Viola e Vieira (1992) lançaram a ideia de sustentabilidade sem criticá-la, como uma solução para a conciliação de polos inconciliáveis. Vinda de dois acadêmicos pioneiros, tal solução apressou a disseminação da ideia ainda bastante imatura da sustentabilidade na academia brasileira.

Isso poderia ter sido causado pela falta de distanciamento de Viola e Vieira (1992) em relação à proposição da ideia de sustentabilidade, mas tal justificativa não explica tudo. Afinal, pouco tempo antes da publicação do texto desses autores, outro expoente brasileiro no estudo das questões ecoambientais, Rattner (1991), havia realizado uma avaliação crítica do desenvolvimento sustentável e indicado políticas alternativas de desenvolvimento, bem como caminhos para a mudança de paradigma na relação entre a Administração e o meio ambiente. Essa avaliação crítica foi encampada por Baroni (1992, p. 14), que, quase simultaneamente a Viola e Vieira (1992), foi capaz de escrever sobre “as ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável”. Anos mais tarde, a crítica à falta de precisão do conceito foi retomada por Rattner (1999), mas no ínterim entre 1992 e 1994 surgiram publicações que legitimaram no meio acadêmico da Administração a relação superficial entre gestão ambiental e práticas empresariais pautadas pela ideologia do desenvolvimento sustentável (NEDER, 1992; SOUZA, 1993; DONAIRE, 1994). A menção a esse intervalo temporal é importante, posto que a onda de reflexão crítica sobre a questão ecoambiental era mais provável no período entre a Constituinte de 1988 e a Eco-1992 do que nos anos seguintes (VIOLA, 1998). E a partir do Plano Collor, em 1990, as preocupações com a ecologia e o meio ambiente cederam espaço para outras questões no cenário econômico e social da época, quais sejam: a continuidade da inflação e a abertura do mercado brasileiro para o comércio global (RATTNER, 1991).

Talvez por falta de recursos acadêmicos ou quicá pela perda da força ideológica, a temática ecoambiental não vigorou nos EOs, assim como a temática da sustentabilidade tampouco ensejou produção acadêmica relevante no campo mais amplo da Administração. Em termos práticos, as duas posições significam que o pensamento brasileiro sobre a relação organização-natureza não se desenvolveu a contento.

Para ilustrar essa afirmação, podemos citar os trabalhos de Jabbour, Santos e Barbieri (2008) e Souza e Ribeiro (2013), que analisaram o desenvolvimento das temáticas de orientação verde no período mais amplo entre as décadas de 1990 e 2010 e concluíram que a produção científica nacional sobre o tema era irrelevante. O primeiro deles traz um apanhado do tratamento que a chamada “gestão ambiental empresarial” ganhou nos periódicos de administração entre 1996 e 2005 (JABBOUR; SANTOS; BARBIERI, 2008). Já o segundo propõe uma meta-análise da produção brasileira sobre “sustentabilidade ambiental” em periódicos de administração entre 1992 e 2011. Jabbour, Santos e Barbieri (2008, p. 691) ponderam que a gestão ambiental empresarial seria uma “subárea do campo de administração que se tornou expressiva durante a década de 1990, tanto no Brasil quanto internacionalmente”. Apesar disso, concluem que a temática “corresponde a apenas 2,3% do total da área” (p. 705) e que “ainda encontra pouco eco nos periódicos de grande prestígio” (p. 705-706). Souza e Ribeiro (2013, p. 389) apontam que “o tema da sustentabilidade ambiental é novo e emergente no campo da área de administração, no Brasil” e que “ainda são poucos os autores nacionais com histórico de pesquisa relevante” (p. 369). Outro trabalho (SOUZA; REINERT; SPROESSER, 2009) menos consagrado, nem por isso menos importante, identificou que a expressão “gestão ambiental” era por vezes empregada na pesquisa brasileira em Administração, mas de maneira quase que irrisória, dado o período de abrangência do estudo.

Digna de nota é a reflexão sobre os discursos ambientais, a TO e o caso brasileiro proposta por Carrieri (2000) e revista e ampliada em 2003. Nela, o autor traz ao Brasil a ideia original de Shrivastava (1994), segundo a qual “os discursos sobre o ambiente organizacional são, ou estão, castrados” (CARRIERI, 2003, p. 1.212). Carrieri (2003) também realiza (ainda que de modo assistemático) uma revisão do desenvolvimento da temática ambiental nacional, ao citar ao longo das diversas seções dos textos a maneira como a questão da relação organização-ambiente foi tratada na teoria e na prática empresarial no Brasil entre os anos de 1993 e 2001. O autor conclui que, no contexto nacional tanto quanto internacionalmente, os discursos ambientais se constituem em uma espécie de amálgama que congrega diferentes posturas sobre a temática, mas que expressam uma lógica desigual de poder. Tal lógica, que se sobressai no discurso sobre desenvolvimento sustentável, serve para regular/desregular a criação material e simbólica das organizações. Nas bases do poder que se articula discursivamente, a TO brasileira sobre a relação organização-natureza é “resultado de práticas organizacionais e disciplinas acadêmicas, êxito de uma hegemonia antropocêntrica que prevalece nas ciências” (CARRIERI, 2003, p. 1.228).

Ainda que os textos de Carrieri (2000, 2003) tenham esboçado uma necessária reflexão sobre questões de fundo relacionadas ao *status* epistemológico da relação organização-natureza, é quase certo que faltaram aos EOs brasileiros dos anos 2000 os alicerces teórico-metodológicos e conceituais que não foram propriamente erigidos nos anos anteriores. Além desse autor, parece não ter havido à época quem liderasse o caminho para uma produção acadêmica original que desse conta da problemática. Isso ficou evidente na publicação da versão brasileira do *Handbook de Estudos Organizacionais*. A proposta dos editores brasileiros de trazer uma nota explicativa dos capítulos originais em inglês que contextualizasse a discussão internacional em relação ao pensamento local não pôde ser seguida no capítulo de Egri e Pinfield (2006). O motivo disso permanece incerto, ainda que o texto sobre as organizações e a biosfera seja um dos poucos em que o padrão das notas técnicas não foi seguido.

Outro sinal da falta de liderança e produção consistente nos EOs brasileiros sobre a questão ambiental advém da análise dos textos publicados na edição especial de 2012 dos *Cadernos Ebape*, sobre a Rio+20. O número, aberto de maneira não fortuita com artigo convidado de Viola e colaborador (VIOLA; FRANCHINI, 2012), contou com artigos de acadêmicos expoentes no campo, ainda que alguns entre esses jamais voltassem a problematizar a questão ambiental em outros trabalhos de sua autoria. Como salientou Crubellate (2005, p. 2), “produzindo esparsa e não sistematicamente, parece pouco provável que consigamos desenvolver conhecimento relevante”.

Pois bem, mais de 20 anos depois da proposição das correntes que acabamos de mencionar, acreditamos que ainda sejam grandes os desafios de integrar os EOs a perspectivas que privilegiem a realidade sensível e que abram caminho para uma abordagem menos limitada da relação organização-natureza. Nesse sentido, a retomada de uma perspectiva ecológica (BATESON, 1972; INGOLD, 2000), ao que parece, ajuda a preencher uma lacuna que permanece aberta.

Uma proposta de retorno à ecologia

Anunciamos desde o princípio que o segundo objetivo deste trabalho é recuperar a temática da ecologia no intuito de aprofundar a compreensão da relação organização-natureza na TO. Contudo, já ressaltamos ao longo da nossa argumentação que essa temática e a perspectiva que ela enseja – o paradigma ecocêntrico – são multifacetadas e, em certa medida, controversas em razão dos diferentes discursos que eventualmente representam. Por isso, é necessário que iniciemos esta seção com o esclarecimento daquilo que queremos dizer ao nos referirmos à necessidade de retorno à ecologia nos EOs, para compreender a relação organização-natureza para além dos limites já evidenciados das visões antropocêntrica e orgocêntrica.

A proposta de retorno à ecologia aqui apresentada segue o movimento iniciado nas ciências sociais, notadamente no campo da antropologia dos anos 1990, reunido em grande medida na coletânea de ensaios editada por Descola e Pálsson (1996). Nessa coletânea, um grupo de antropólogos buscou abordar “o lugar da natureza e do ambiente na teoria antropológica e no discurso social” a partir da necessidade de recuperar “a questão da ecologia, no sentido amplo do termo, que havia sido relegada à margem das discussões antropológicas à medida que as perspectivas pós-modernas e culturalistas passaram a dominar a cena das ciências sociais” (DESCOLA; PÁLSSON, 1996, p. 1). Nesse retorno à ecologia, ganharam ênfase os problemas propostos pelo dualismo natureza-cultura e suas implicações e necessidades de superação para formar o cenário de uma possível nova forma de antropologia ecológica.

A ecologia que trazemos dos aportes da antropologia é uma proposta para se compreender a experiência humana situada no ambiente, a partir de uma perspectiva relacional (INGOLD, 2000) ou fenomenológica (MERLEAU-PONTY, 2012). Para melhor entendê-la, precisamos voltar as atenções para a questão da experiência do corpo no contato com o ambiente e na formação do pensamento. Numa perspectiva não relacional, entende-se que a pessoa é uma entidade formada por mente e corpo. O corpo seria então o elemento objetificado que serve como veículo para a construção da mente em contato com o ambiente. Bateson (1972), que é uma referência fundamental para a perspectiva ecológica de Ingold (2000), propõe que a mente surge a partir da interação da pessoa, entendida como a totalidade mente-corpo, com o mundo. A mente não está “na cabeça”, e nem está “no mundo”, mas é imanente ao engajamento ativo e perceptual do organismo e seu entorno. Essa mente pode não estar consciente de sua função, mas funciona direcionando informações dos sistemas vivos, que existem desde as escalas microscópicas até os grandes ecossistemas e englobam todas as formas de existência.

Na perspectiva (ontológica) relacional, entende-se que processos como pensar, perceber, lembrar e aprender, que decorrem do trabalho da mente, não são formados antes dos indivíduos entrarem no mundo social, mas se constituem ao longo da vida, nos relacionamentos com os semelhantes e com o ambiente (INGOLD, 2000). Mesmo assim, é na experiência do corpo dotado de mente (ou da mente dotada de corpo) que as relações sociais surgem. Ao invés de tentar reconstruir o ser humano a partir de dois componentes complementares, mas separados, é preciso encontrar uma maneira de falar sobre a vida humana sem a necessidade de separá-la em camadas ou estratos. O pensamento relacional, longe de ficar restrito ao domínio do social, deve ser aplicado pelo *continuum* da vida orgânica. Se cada organismo é menos uma entidade discreta que um nó em um campo de relações, então devemos

pensar na interdependência dos elementos constitutivos do ambiente, sejam eles animados ou inanimados, e em sua evolução conjunta. Portanto, as relações entre os seres humanos, que costumamos chamar sociais, não são senão um subconjunto de relações ecológicas.

A perspectiva do habitar (*dwelling perspective*) proposta por Ingold (2000) se apoia na premissa de que os seres humanos e os meios que elaboram para sua sobrevivência surgem no fluxo da atividade do viver, no contexto relacional específico de seu envolvimento prático com o entorno. A perspectiva do habitar talvez possa ser esclarecida por sua oposição em relação à perspectiva do construir, consagrada no familiar modelo do fazer, conforme ressalta o próprio autor (INGOLD, 2000, 2011). Nesse modelo, o trabalho produtivo serve meramente para transferir uma ideia preexistente a um substrato material sem forma inicial (INGOLD, 2000). E a natureza fornece os substratos materiais que serão transformados em coisas úteis com base nas ideias concebidas pelos humanos para suprir suas necessidades de sobrevivência. Na perspectiva do habitar também se entende que os seres humanos fazem coisas. Mas uma ontologia relacional clama por um entendimento alternativo do processo de construir, como trabalhar com os materiais e não apenas fazer algo com eles; ou trazer a forma à existência, ao invés de meramente traduzir a forma do virtual para o real. Uma maneira de visualizar isso é pensar em construir, ou fazer, de forma mais geral, como uma modalidade de tecelagem. Conforme Ingold (2011, p. 10), “assim como construir é habitar (*as building is to dwelling*), fazer é tecer: destacando que o primeiro termo de cada par permite ver os processos de produção consumidos pelos seus produtos finais”.

Nesse entendimento, o que costumamos chamar de ambiente seria um imenso emaranhado de linhas. Essas linhas expressam que cada elemento constituinte do ambiente – “humanos, animais, plantas, pedras, prédios” – tem uma trajetória contínua de devir; “à medida em que (sic) eles se movem através do tempo e se encontram, as trajetórias desses diversos elementos são enfeixadas em combinações diversas” (INGOLD, 2012, p. 39). O emaranhado dessas trajetórias constitui a textura do mundo: algo que Ingold (2012) vai definir como a “grande tapeçaria da Natureza tecida pela história”, citando Hägerstrand (1976). Ao ponderar que a tapeçaria “é um campo não de pontos interconectados mas de linhas entrelaçadas”, Ingold (2012, p. 39) ressalta que essa forma tecida não seria uma rede (*network*), mas o que ele gostaria de chamar de malha (*meshwork*). Para Ingold (2012, p. 40), “essa distinção entre as linhas de fluxo da malha e as linhas de conexão da rede é crucial”.

Em adesão às correntes pós-humanistas que vêm ganhando espaço nos EOs, essa perspectiva ecológica parte da dissolução das separações entre natureza e cultura para conceber o conhecimento como o produto do ininterrupto processo de criação, (trans)formação, devir (DELEUZE; GUATTARI, 2007) que caracteriza a vida. Superada a dicotomia entre humanos e não humanos e esvaziada a supremacia dos primeiros no contexto das relações no ambiente, estamos em posição de pensar na formação das malhas, ou tessitura das coisas, para além dos limites da supremacia da racionalidade humana. É preciso abandonar a racionalidade no engajamento ativo com o entorno e construir uma cognição baseada na experiência perceptiva: temos que nos colocar, literalmente, em contato com o mundo (INGOLD, 2000).

Convém mencionar que o retorno à perspectiva ecológica, tal como propomos aqui, acontece em um momento no campo dos EOs em que a ideia de ecologia parece estar voltando à cena, seja de maneira direta ou indireta. No trabalho de Whiteman e Cooper (2011) sobre *ecological sensemaking*, por exemplo, conclui-se que a integração/intrínscua ecológica (*ecological embeddedness*) produz sentidos que não poderiam ser ignorados pelas organizações, particularmente no contexto crescente de catástrofes ambientais que se tem experimentado nos últimos anos. Conforme os autores, a incapacidade de produzir sentido (*sensemaking*) de pistas ecológicas tornaria as organizações mais vulneráveis às “condições de mudança ecológicas” (WHITEMAN; COOPER, 2011, p. 893). Os autores defendem que as ecologias locais dos atores que

participam do contexto ambiental da organização são importantes para deflagrar o processo de sentido (*sensegiving*). O *sensemaking* ecológico, que nessa ideia é parte de um processo de aprendizagem organizacional, viria a permitir que os membros das organizações se tornassem mais resilientes, ou seja, mais capazes ou mais precisos no processo de dar sentido e responder (*feedback*) ao ambiente natural.

Reconhecemos a validade da proposta de Whiteman e Cooper (2011) – principalmente por trazer de volta a palavra ecologia ao título de um artigo publicado em um dos mais importantes periódicos da área de administração e estudos organizacionais, o *Academy of Management Journal* (AMJ). Todavia, ressaltamos que o entendimento a respeito da integração/incorporação ecológica (*ecological embeddedness*) elaborada pelos autores parte de uma base materialista, na qual a separação natureza e sociedade subsiste na tentativa de ser superada. Isso transparece, por exemplo, quando os autores afirmam que:

[...] nosso ponto não é afastar a pesquisa sobre *sensemaking* do exame de processos sociais; em vez disso, desejamos estender a investigação sobre *sensemaking* a fim de compreender como processos sociais podem estar intrincados (*embedded*) em contextos ecológicos que são materiais e, em alguns casos, voláteis (WHITEMAN; COOPER, 2011, p. 892).

Acrescentamos ao nosso argumento o fato de que o *sensemaking* (WEICK, 1979) é um processo cognitivo e não propriamente fenomenológico, o que reitera o dualismo corpo e mente que a perspectiva ecológica que clamamos ser necessária busca erodir. É importante ressaltar, mas como um adendo, que a abordagem materialista com base na qual se elabora o entendimento bipartido de uma ordem socioecológica subsiste em trabalhos mais recentes que citam Whiteman e Cooper (2011) e/ou nos próprios trabalhos desses autores (WRIGHT et al., 2013; WRIGHT; NYBERG, 2014).

Entendemos que abordagens mais parecidas com a que buscamos apresentar brevemente aqui aparecem de modo indireto em trabalhos recentes que abordaram o questionamento da relação de dominação dos animais pelas organizações (LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016) e a geração de novas imagens para a sustentabilidade ambiental, a partir da metáfora das organizações como instrumentos de dominação na relação humanos-água (JERMIER; FORBES, 2016). No primeiro artigo mencionado, os autores (LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016, p. 326) se referem à relação específica das organizações com os animais a maior parte do tempo, mas defendem “a adoção de uma perspectiva ‘ecocêntrica’ nas últimas linhas do texto, ressaltando que a questão dos animais precisa estar inserida em uma reflexão por parte dos acadêmicos em Administração e nos EOs, para que as organizações humanas sejam entendidas como parte de “uma comunidade envolvendo animais, plantas e o ambiente”.

Já no segundo artigo mencionado (JERMIER; FORBES, 2016), a reivindicação em prol do ecocentrismo ganha mais destaque na seção de discussão, intitulada “Metaphors beyond domination: reclaiming ecocentrism and extending the social”. Em relação aos pontos que se aproximam da perspectiva ecológica que apresentamos, Jermier e Forbes (2016, p. 1.019) apresentam a noção de ambiente apoiada na ideia de esferas de convivência (*spheres of conviviality*), que “surgem ao inverter-se a estrutura profunda atual, de modo que pessoas e natureza não sejam dominadas pelas ferramentas do produtivismo e do consumismo”. Os autores também apresentam a ideia da água como um parceiro verdadeiro (*true partner*), o que coloca em xeque o entendimento de que as coisas animadas têm poder de agência por meio da ideia muito mais profunda de que as coisas, como a água, são “uma parte integrante da comunidade”, que precisam ser “tratada[s] como verdadeiros parceiros” (JERMIER; FORBES, 2016, p. 1.020).

Considerações finais

O nosso primeiro propósito neste trabalho foi recuperar o momento crítico da mudança de mentalidade, desde uma visão mais voltada para a relação organização-natureza com base em uma perspectiva ecológica, para outra visão que privilegia a disjunção e a hierarquização das partes dessa relação a partir do recurso à ideia de sustentabilidade. Para isso, buscamos reconstituir e analisar fatos ocorridos no cenário intelectual da academia estadunidense e que ficaram registrados em uma sequência de artigos científicos publicados no âmbito dos EOs entre os anos 1992 e 1996. Paralelamente, também investigamos como a temática do ecoambientalismo se desenvolveu na academia brasileira, entre os anos 1980 e 1990, tendo como ápice a Eco-92.

Não buscamos analogia ou pontos de comparação entre os desdobramentos da referida temática nos dois países, posto que isso não seria possível dadas as diferenças nos contextos de teorização e prática das elites intelectuais nos EOs em ambos. Todavia, concluímos que, por um momento, a academia brasileira teve em mãos as condições para propor um debate mais profundamente ecocentrado, visto que os movimentos ecoambientalistas e as articulações sociais dirigidas à ecologia no país, naquele período, eram arrojados. A fragmentação do pensamento ecoambientalista dos anos 1980 e sua institucionalização no discurso de empresas e do Governo nos anos 1990, contudo, alçaram a ideia de sustentabilidade a uma condição hegemônica que impediu que o ecoambientalismo brasileiro ganhasse contornos mais radicais.

Já o nosso segundo propósito foi trazer à tona elementos do que chamamos de perspectiva ecológica. Ressaltamos que não tínhamos o objetivo de contribuir diretamente com a ecologia política, mas, sim, de recuperar o potencial da perspectiva ecológica como paradigma para pensar outra forma de relação organização-natureza. Com isso, buscamos ressaltar os aspectos epistemológicos de uma perspectiva ecológica que descreve a relação organização-natureza como forma de habitar, a partir de uma base fenomenológica. Contribuições à ecologia política podem surgir a partir deste trabalho, à medida que questões sociais, econômicas e políticas matizarem o entendimento de diferentes formas de habitar o mundo.

A proposta de retorno à perspectiva ecológica é muito mais complexa do que foi possível apresentar aqui, e é certo que ainda será necessário que outros trabalhos completem o esforço de recuperação dessa temática nos EOs. É necessário que as ideias que apresentamos sejam aprofundadas em outros trabalhos, bem como contrastadas com outras possibilidades fronteiriças.

O ponto que buscamos ressaltar é que o potencial crítico e disruptivo da ideia de ecologia, que já havia sido elaborado no campo acadêmico dos EOs na década de 1990, precisa ser comparado e confrontado com o discurso da sustentabilidade, que se tornou o novo *mainstream*. A perspectiva sustenocêntrica não tem potencial para abalar a tradição antropocêntrica/orgocêntrica sobre a relação organização-natureza na TO. Tais propostas, centradas em modos de vida viabilizados por organizações e justificadas pela necessidade de sua permanência, não parecem ter potência para resolver a crise ambiental que afeta a todos, sejam eles humanos ou não humanos. Afinal, os discursos sobre a relação organização-natureza ainda permanecem castrados (SHRIVASTAVA, 1994). Mas entendemos que uma frente de trabalho nesse sentido é o retorno ao ecocentrismo em oposição radical ao antropocentrismo/orgocentrismo.

As possibilidades de análise e compreensão que foram propostas com base em uma perspectiva ecológica lançam um olhar não antropocêntrico sobre os EOs. A aproximação ecológica pode propiciar, portanto, o entendimento dos modos de ser e de viver nas organizações enquanto contexto relacional, em que práticas e conhecimentos são incorporados e situados em uma ideia mais ampla de ambiente organizacional. Interessa, portanto, a ideia de habitar (*dwelling*) o mundo ao fazer dele moradia ou se incorporar a ele de modo que pessoa e mundo se (trans)formem no processo compartilhado do viver.

Referências

- ALDRICH, H. E.; PFEFFER, J. Environments of organizations. *Annual Review of Psychology*, v. 2, p. 79-105, 1976.
- AZAMBUJA, M. de. Recordações alucinatórias. *Piauí*, Memórias pouco diplomáticas, ed. 68, maio 2012.
- BANERJEE, S. B. Necrocapitalism. *Organization Studies*, v. 29, n. 12, p. 1.541-1.563, 2008.
- BANERJEE, S. B. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. *Organization Studies*, v. 24, n. 1, p. 143-180, 2003.
- BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *RAE*, v. 32, n. 2, p. 14-24, 1992.
- BARTER, N.; RUSSELL, S. Organisational metaphors and sustainable development: enabling or inhibiting?. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 4, n. 2, p. 145-162, 2013.
- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind: collected essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution and Epistemology*. São Francisco; Scranton; Londres; Toronto: Chandler, 1972.
- BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JUNIOR, T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *RAC*, v. 3, n. 1, p. 147-178, 1999.
- BOISOT, M. Book review: handbook of organization studies. *Organization Studies*, v. 19, n. 1, p. 155-162, 1998.
- BULLIS, C.; GLASER, H. Bureaucratic discourse and the goddess: towards an ecofeminist critique and rearticulation. *Journal of Organizational Change Management*, v. 5, n. 2, p. 50-60, 1992.
- CALDAS, M. P. "Contribuição teórica": como assim, cara pálida? *RAE*, Fórum desenvolvimento de teoria, Apresentação, v. 43, n. 3, p. 65-68, 2003.
- CARRIERI, A. de P. O meio ambiente: discurso consistente ou retórica? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. In: ENANPAD, 24., 2000. *Anais...* Florianópolis/SC, 2000.
- CARRIERI, A. de P. O meio ambiente: discurso consistente ou prática vazia? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. *RAP*, v. 37, n. 6, p. 1.209-31, 2003.
- COLBY, M. E. Environmental management in development: the evolution of paradigms. *World Bank discussion paper 80*. Washington, DC: World Bank, 1990.
- COSTANZA, R.; GRAUMILCH, L.; STEFFEN, W. Sustainability or collapse: what can we learn from integrating the history of humans and the rest of nature?. *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, v. 36, n. 7, p. 522-527, 2007.
- CRUBELLATE, J. M. Estudos organizacionais no Brasil: do futuro que queremos e do futuro que teremos. *Cadernos EBAPE*, v. 3, n. 4, 2005.
- CUNHA, M. P. e; REGO, A.; CUNHA, J. V. da. Ecocentric management: an update. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 15, p. 311-321, 2008.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34, 2007. v. 1.

- DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. (Ed.). *Nature and society: anthropological perspectives*. New York: Taylor & Francis, 1996.
- DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. *RAE Ambiental*, v. 34, n. 2, p. 68-77, 1994.
- ECKERSLEY, R. *Environmentalism and political theory: toward an ecocentric approach*. Albany, NY: Suny Press, 1992.
- EDEN, S. Using sustainable development: the business case. *Global Environmental Change*, v. 4, n. 2, p. 160-167, 1994.
- EGRI, C. P.; PINFIELD, L. T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1. p. 361-397.
- EGRI, C. P.; PINFIELD, L. T. Organizations and the biosphere: ecologies and environments. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). *Handbook of organizational studies: current issues*. London: Sage, 1999. p. 209-233.
- ELKINGTON, J. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FACHIN, R. Memórias e posicionamentos em estudos organizacionais. *RBEQ*, v. 1, n. 1, 2014.
- FISCHER, T. Alice através do espelho ou Macunaíma em campus papagalli? Mapeando rotas de ensino dos estudos organizacionais no Brasil. *O&S*, v. 10, n. 28, p. 47-62, 2003.
- GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T-S. Shifting paradigms for sustainable development. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.
- GOSLIN, J.; CASE, P. Social dreaming and ecocentric ethics: sources of nonrational insight in the face of climate change catastrophe. *Organization*, v. 20, p. 705-721, 2013.
- GOTTLIEB, R. *Forcing the spring: the transformation of the American environmental movement*. Washington: Island Press, 2005.
- HÄGERSTRAND, T. Geography and the study of the interaction between nature and society. *Geoforum*, v. 7, n. 5-6, p. 329-334, 1976.
- HANNA, M. D. Environmentally responsible managerial behavior: is ecocentrism a prerequisite? *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 796-799, 1995.
- HEIKKURINEN, P. et al. Organising in the anthropocene: an ontological outline for ecocentric theorising. *Journal of Cleaner Production*, v. 113, p. 705-714, 2016.
- HOLMER-NADESAN, M. Organizational identity and space of action. *Organization Studies*, v. 17, n. 1, p. 49-81, 1996.
- HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*, v. 13, p. 38-52, 2005.
- INGOLD, T. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. New York: Taylor & Francis, 2011.
- INGOLD, T. *Perceptions of environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2000.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A.; BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: um levantamento da produção científica brasileira divulgada em periódicos da área de administração entre 1996 e 2005. *RAC*, v. 12, n. 3, p. 689-715, 2008.

- JENNINGS, P.; ZANDBERGEN, A. Ecologically sustainable organizations: an institutional approach. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 1.015-1.052, 1995.
- JERMIER, J. M.; FORBES, L. C. Metaphors, organizations and water: generating new images for environmental sustainability. *Human Relations*, v. 69, n. 4, p. 1.001-1.027, 2016.
- KALLIO, T. J.; NORDBERG, P. The evolution of organizations and natural environment discourse: some critical remarks. *Organization & Environment*, v. 19, n. 4, p. 439-457, 2006.
- KIDNER, D. W. Why 'anthropocentrism' is not anthropocentric. *Dialectical Anthropology*, v. 38, p. 465-480, 2014.
- LABATUT, J.; MUNRO, I.; DESMOND, J. Animals and organizations. *Organization*, v. 23, n. 3, p. 315-329, 2016.
- LEE, K. Global sustainable development: its intellectual and historical roots. In: LEE, K.; HOLLAND, A.; MCNEILL, D. (Ed.). *Global sustainable development in the 21st century*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000. p. 31-47. Disponível em: <<https://www.amazon.co.uk/Global-Sustainable-Development-21st-Century/dp/185331241X>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- MACHADO, C.; CUNHA, V. C. da; AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: ENANPAD, 14., 1990. *Anais...* Realizado em Florianópolis/SC, editado em Belo Horizonte/MG, 1990. p. 11-28.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. Desarrollo sostenible es una contradicción. *El Espectador*. 2015. Disponível em: <<http://www.elespectador.com/noticias/medio-ambiente/desarrollo-sostenible-una-contradiccion-joan-martinez-a-articulo-599613>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. et al. Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by environmental justice organizations. *Journal of Political Ecology*, v. 21, 2014.
- MASON, R. Em direção a um novo paradigma de gestão ambiental – tecnologias limpas ou prevenção de poluição. *RAE (Pesquisa Bibliográfica)*, v. 32, n. 2, p. 78-98, 1992.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MINTER, B.; MANNING, R. (Ed.). *Reconstructing conservation: finding common ground*. Washington: Island Press, 2003.
- MISOCZKY, M. C. A. Da abordagem de sistemas abertos à complexidade: uma atualização. *Cadernos EBAPE*, v. 11, n. 3, p. 419-442, 2013.
- MISOCZKY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *RAC*, v. 9, n. 1, p. 192-215, 2005.
- MISOCZKY, M. C. A.; BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 3, p. 546-568, 2012.
- MONTIEL, I. Corporate social responsibility and corporate sustainability: separate pasts, common futures. *Organization & Environment*, v. 21, n. 3, p. 245-269, 2008.
- NEDER, R. T. Há política ambiental para a indústria brasileira? *RAE*, v. 32, n. 2, p. 6-13, 1992.
- PARKER, B. Evolução e revolução: da internacionalização à globalização. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Ed.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1. p. 398-431.

- PHILLIPS, M. Re-writing corporate environmentalism: ecofeminism, corporeality and the language of feeling. *Gender, Work & Organization*, v. 21, n. 5, p. 443-458, 2014.
- PRESTES MOTTA, F. C. A propósito da "sociedade organizacional". *RAP*, v. 18, n. 4, p. 71-75, 1978.
- PRESTES MOTTA, F. C. O estruturalismo na teoria das organizações. *RAE*, v. 10, n. 4, p. 23-41, 1970.
- PSKOWSKI, M. Is this the future we want? The green economy vs. climate justice. *DiferenTakes*, n. 79, 2013.
- PURSER, R.; PARK, C.; MONTOURI, A. Limits to anthropocentrism: toward an ecocentric organization paradigm? *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 1.053-1.089, 1995.
- RATTNER, H. Sustentabilidade – uma visão humanista. *Ambiente & Sociedade*, Pontos de vista, ano II, n. 5, 1999.
- RATTNER, H. Tecnologia e desenvolvimento sustentável: uma avaliação crítica. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 5-11, 1991.
- RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. de P. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. *RAC*, edição especial, p. 81-102, 2001.
- SHRIVASTAVA, P. *Castrated environment: greening organizational science*. Paper apresentado na conferência "Greening the Business Curriculum". Leicester Business School, mar. 1990.
- SHRIVASTAVA, P. Castrated environment: greening organizational studies. *Organization Studies*, v. 15, n. 5, 1994, p. 705-726.
- SHRIVASTAVA, P. Corporate self-greenewal: strategic responses to environmentalism. *Business Strategy and the Environment*, v. 1, n. 3, p. 9-21, 1992.
- SHRIVASTAVA, P. Ecocentric management for a risk society. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 118-137, 1995a.
- SHRIVASTAVA, P. Ecocentric versus traditional management: some hints to Hanna. *Academy of Management Review*, v. 21, n. 1, p. 9-11, 1996.
- SHRIVASTAVA, P. The role of corporations in achieving ecological sustainability. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 936-960, 1995b.
- SOUZA, M. T. S. de. Rumo à prática empresarial sustentável. *RAE Ambiental*, v. 33, n. 4, p. 40-52, 1993.
- SOUZA, M. T. S. de; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade ambiental: uma meta análise da produção brasileira em periódicos de administração. *RAC*, v. 17, n. 3, p. 368-396, 2013.
- SOUZA, S. A. de; REINERT, J. N.; SPROESSER, R. L. Pesquisa brasileira em administração: um meta-estudo em temáticas do período 2000-2009. In: ENEPQ, 2., 2009. *Anais...* 2009.
- TINKER, T. Methaphor or reification: are radical humanists really libertarian anarchists? *Journal of Management Studies*, v. 23, n. 4, p. 363-384, 1986.
- VERGARA, S. C. A hegemonia americana em estudos organizacionais. *RAP*, v. 35, n. 2, p. 63-77, 2001.
- VIEIRA, P. F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 33, p. 3-32, 1992.

VIOLA, E. J. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICA STUDIES ASSOCIATION, 21., Chicago, 1998.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3, 1987.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. *Cadernos EBAPE*, v. 10, n. 3, p. 470-491, 2012.

VIOLA, E. J.; VIEIRA, P. F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. *RAP*, v. 26, n. 4, p. 81-104, 1992.

WEICK, K. *Sensemaking in organizations*. London: Sage, 1979.

WERBACH, A. When sustainability means more than green. *McKinsey Quarterly*, v. 4, n. 2009, p. 74-9, 2009.

WHITEMAN, G.; COOPER, W. Ecological sensemaking. *Academy of Management Journal*, v. 54, n. 5, p. 889-911, 2011.

WHITEMAN, G.; WALKER, B.; PEREGO, P. 2013 Planetary boundaries: ecological foundations for corporate sustainability. *Journal of Management Studies*, v. 50, n. 2, p. 307-336, 2013.

WRIGHT, C.; NYBERG, D. Creative self-destruction: corporate responses to climate change as political myths. *Environmental Politics*, v. 23, n.2, p. 205-223, 2014.

WRIGHT, C.; NYBERG, D. Working with passion: emotionology, corporate environmentalism and climate change. *Human Relations*, v. 65, n. 12, p. 1.561-1.587, 2012.

WRIGHT, C. et al. Future imaginings: organizing in response to climate change. *Organization*, v. 20, n. 5, p. 647-658, 2013.

Submissão: 16/03/2016

Aprovação: 11/10/2017